

Referências

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2014*. 2014. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

ALEPE – Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. *Plenário aprova manutenção de critérios do ICMS Socioambiental em 2016*. 9 nov. 2015a. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/2015/11/09/plenario-aprova-manutencao-de-criterios-do-icms-socioambiental-em-2016/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. *Decreto Estadual nº 40.653, de 25 de abril de 2014*. Define procedimentos e prazos para a apuração relativa ao Selo Pacto pela Vida de Prevenção e Redução da Criminalidade nos Municípios, instituído pela Lei nº 14.924, de 18 de março de 2013. Recife: Alepe, 26 abr. 2014a. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=6&numero=40653&complemento=0&ano=2014&tipo=>>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. *Decreto Estadual nº 40.769, de 30 de maio de 2014*. Concede, aos municípios que indica, o Selo Pacto pela Vida de Prevenção e Redução da Criminalidade nos Municípios. Recife: Alepe, 30 maio 2014b. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=6&numero=40769&complemento=0&ano=2014&tipo=>>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. *Lei Complementar nº 132, de 11 de dezembro de 2008*. Reestrutura e redenomina a Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac, redefine sua

competência. Recife: Alepe, 13 dez. 2008. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=2&numero=132&complemento=0&ano=2008&tipo=&url=>>. Acesso em: 11 maio 2016.

_____. *Lei nº 10.489, de 02 de outubro de 1990*. Dispõe sobre a distribuição, entre os municípios, da parcela do ICMS que lhes é destinada. Recife: 2 out. 1990. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1990. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=10489&complemento=0&ano=1990&tipo=&url=>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

_____. *Lei nº 11.899, de 21 de dezembro de 2000*. Redefine os critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos municípios, de que trata o art. 2º, da Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, considerando aspectos socioambientais. Recife: Alepe, 21 dez. 2000. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=11899&complemento=0&ano=2000&tipo=&url=>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. *Lei nº 12.114, de 3 de dezembro de 2001*. Dispõe sobre a recompra, reutilização, reciclagem e descarte de garrafas e embalagens plásticas no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Recife: Alepe, 4 dez. 2001. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=12114&complemento=0&ano=2001&tipo=>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

_____. *Lei nº 13.368, de 14 de dezembro de 2007*. Ajusta critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos municípios, nos termos da Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, e alterações. Recife: Alepe, 14 dez. 2007. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=13368&complemento=0&ano=2007&tipo=&url=>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____. *Lei nº 13.787, de 8 de junho de 2009*. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – Seuc, no âmbito do Estado de Pernambuco. Recife: Alepe, 09 jun. 2009a. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=13787&complemento=0&ano=2009&tipo=&url=>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

_____. *Lei nº 13.959, de 15 de dezembro de 2009*. Dispõe sobre o Programa Mãe Coruja Pernambuco. Recife: Alepe, 15 dez. 2009b. Disponível em: <<http://>

- legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=13959&complemento=0&ano=2009&tipo=>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- _____. Lei nº 14.236, de 13 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, Alepe, 14 dez. 2010. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=14236&complemento=0&ano=2010&tipo=TEXTORIGINAL>>. Acesso em: 7 mar. 2016.
- _____. *Lei nº 14.924, de 18 de março de 2013*. Institui o Selo Pacto pela Vida de Prevenção e Redução da Criminalidade nos Municípios SPPV do Estado de Pernambuco. Recife: Alepe, 19 mar. 2013. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=14924&complemento=0&ano=2013&tipo=&url=>>. Acesso em: 17 maio 2016.
- _____. *Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015*. Aprova o Plano Estadual de Educação. Recife: Alepe, 24 jun 2015b. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=15533&complemento=0&ano=2015&tipo=&url=>>. Acesso em: 1 maio 2016.
- _____. Lei nº 15.658, de 27 de novembro de 2015. Modifica as Leis nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, e nº 14.924, de 18 de março de 2013, relativamente à distribuição da parcela do ICMS que é destinada aos municípios. Recife: Alepe, 28 nov. 2015c. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=15658&complemento=0&ano=2015&tipo=>>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- _____. *Lei nº 15.703, de 21 de dezembro de 2015*. Dispõe, em cumprimento ao que preceitua o art. 124, § 1º, inciso II, da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008, sobre o Plano Plurianual do Estado, para o período 2016-2019. Recife: Alepe, 2015d. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=15703&complemento=0&ano=2015&tipo=>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- _____. *Lei nº 15.755, de 4 de abril de 2016*. Institui o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco. Recife: Alepe, 5 abr. 2016. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=15755&complemento=0&ano=2016&tipo=>>. Acesso em: 3 maio 2016.

_____. *Lei nº 9.860, de 13 de agosto de 1986*. Delimita as áreas de proteção dos mananciais de interesse da Região Metropolitana do Recife, e estabelece condições para a preservação dos recursos hídricos. Recife: Alepe, 14 ago. 1986. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=9860&complemento=0&ano=1986&tipo=&url>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. *Lei nº 9.990, de 13 de janeiro de 1987*. Estabelece normas para concessão de anuência prévia, pela autoridade metropolitana à aprovação, pelos municípios da Região Metropolitana do Recife, dos projetos de parcelamento do solo para fins urbanos na forma do art. 13 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e dá outras providências. Recife: Alepe, 14 jan. 1987. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=1&numero=9990&complemento=0&ano=1987&tipo=>>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

ALEXANDRE, R. *Direito Tributário esquematizado*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ALVES, A.C; PHILIPPI JR., A. *Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental*. São Paulo: Manole, 2005.

AMADO, F.A.T. *Direito Ambiental Esquematizado*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

AMARO, Luciano. *Direito Tributário brasileiro*. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ARAGÃO, I.R.B.N.; SOUZA, G.A. O ICMS Ecológico como incentivo para implementação de Políticas Públicas Ambientais no município de Marliéria (MG). *Revista de Administração e Contabilidade*. Faculdade Anísio Teixeira (FAT), Feira de Santana (BA), v. 4, n. 2, p. 4-15, maio/ago. 2012.

ARAÚJO, C.R.M. Extrafiscalidade. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, a. 33, n. 132, out./dez. 1996, p. 349-334. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/218/r133-29.PDF?sequence=4>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

BARDE, J.P.; SMITH, S. Do economic help the instruments environment? *The OECD Observer*, n. 204, Feb./Mar. 1997, p. 22-26. Disponível em: <<http://>

- oecdobserver.org/news/get_file.php3/id/60/file/Do+economic+instrument+s+help+the+environment.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2016.
- BAUMOL, W.J.; OATES, W.E. Economics, Environment Policy, and the Quality of Life. *Journal of Economic Issues*. v. 14, n. 3 (Sep. 1980), p. 794-796. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4224960?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 9 jan. 2016.
- BERGAMINI, A. ICMS: análise de legislação, manifestações de administrações tributárias, jurisprudência administrativa e judicial de temas de gestão tributária. 3. ed. São Paulo: FISCOsoft, 2015.
- BERTALANFFY, L. V. *Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. 7. ed. Tradução de Francisco M. Guimarães. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BERGEL, J.L. *Teoria Geral do Direito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOBBIO, N. *Teoria Geral do Direito*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BOTKIN, D.B.; KELLER, E.A. *Ciência Ambiental – Terra: um planeta vivo*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BRANCO, D.K.S.; SILVA JR., L.H. ICMS Ecológico como indutor na criação de Unidades de Conservação: uma análise da política nos Estados do Paraná, Minas Gerais e Pernambuco. 6º *Encontro de Economia Gaúcha*, 2012. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/encontroeconomia/download/mesas/IcmsEcologico.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.
- BRANDÃO, R.F. *Incentivo fiscal ambiental: parâmetros e limites para sua instituição à luz da Constituição Federal de 1988*. Tese. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&id=67A76D506CC6&lang=pt-br>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 5.192/2016*. 2016a2016a. Permite a dedução do imposto sobre a renda devido por pessoas físicas e jurídicas de valores doados a projetos e atividades de reciclagem. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2083544&ord=1>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

- _____. Casa Civil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- _____. Casa Civil. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora (...). *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 out. 2006a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 29 mar. 2016.
- _____. Casa Civil. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- _____. Casa Civil. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 dez. 1940 e retificado em 3 jan. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 2 maio 2016.
- _____. Casa Civil. Decreto-lei nº 57, de 18 de novembro de 1966. Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 nov. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0057.htm>. Acesso em: 20 maio 2016.
- _____. Casa Civil. Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 1 ago. 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm>. Acesso em: 9 nov. 2016.
- _____. Casa Civil. Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados,

- o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 dez. 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm>. Acesso em: 8 fev. 2016.
- _____. Casa Civil. Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990. Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos municípios. *Diário Oficial da União*, Brasília, 12 jan. 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp63.htm>. Acesso em: 28 maio 2016.
- _____. Casa Civil. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (Lei Kandir). *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 set. 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm>. Acesso em: 12 fev. 2016.
- _____. Casa Civil. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 10 jan. 2016.
- _____. Casa Civil. Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 mar. 2006b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2006/lei/l112>>. Acesso em: 28 jan. 2016.
- _____. Casa Civil. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 dez. 2006c, retificado em 9 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm>. Acesso em: 2 fev. 2016.
- _____. Casa Civil. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. *Diário*

Oficial da União, Brasília, 3 ago. 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 5 mar. 2016.

_____. Casa Civil. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 nov. 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 2 jul. 2016.

_____. Casa Civil. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional (...). *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 jan. 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Casa Civil. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. Casa Civil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. Casa Civil. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, Estados e municípios. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 out. 1996b, retificado em 31 out. 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm>. Acesso em: 26 jan. 2016.

_____. Casa Civil. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 dez. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em: 1 abr. 2016.

- _____. Casa Civil. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- _____. Casa Civil. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- _____. Casa Civil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990, retificado em 27 set. 1990b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 7 maio 2016.
- _____. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 abr. 2016.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 dez 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 abr. 2016.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao>. Acesso em: 3 dez. 2015.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Prodimé – Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação. *Marcos Legais da Educação Nacional*. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4249-volume-02-final&Itemid=30192>. Acesso em: 16 maio 2016.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Se-

cretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. 2013a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 maio 2016.

_____. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen*. DEPEN, 2014b. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Secretaria de Atenção à Saúde. *O que é Atenção Básica?* 2012c. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_o_que_e.php>. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.172, de 15 de junho de 2009. Regulamenta a NOB SUS 01/96 no que se refere às competências da União, Estados, municípios e Distrito Federal, na área de Vigilância em Saúde, define a sistemática de financiamento. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jun. 2009b. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/2004/prt1172_15062004>. Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.882, de 18 de dezembro de 1997. Estabelece o Piso da Atenção Básica – PAB. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 dez. 1997. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/CIB/LEGIS/PortGM1882_18Dez_1997.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 116, de 11 de fevereiro de 2009. Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 fev. 2009c. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2009/prt0116110220>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.255, de 10 de outubro de 2013. Altera a fórmula de cálculo do teto máximo das Equipes de Saúde da Família. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 out. 2013b. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt235510102>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

- _____. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 out. 2010c. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 dez. 2010d. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html>. Acesso em: 16 abr. 2016.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012d. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Sistema de Informação da Atenção Básica. *Manual do sistema de Informação de Atenção Básica*. 1. ed. 4. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2003b. Disponível em: <<http://www.esfma.org.br/manuais/siab.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2016.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Secretaria de Atenção à Saúde: manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal*. 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009d.
- _____. Senado Federal. Resolução nº 22/1989. Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações e prestações interestaduais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 maio 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/CONGRESSO/RSF/RSF%2022-89.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- BRUNDTLAND, G.H. (Org.). *Nosso futuro comum: relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

- BUTZKE, A.; PONTALTI, S. *Os recursos naturais e o homem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado frente à responsabilidade solidária*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/recursos_naturais_homem_EDUCS_ebook.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2015.
- CAPEZ, F. *Curso de Direito Penal – Parte especial (arts. 121 a 212)*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014a.
- _____. *Curso de Processo Penal*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014b.
- CARSON, R. *A Primavera Silenciosa*. 2. ed. Tradução: Raul de Polillo. São Paulo: Pórtico, 1962.
- CEMPRE – Grupo Compromisso Empresarial para Reciclagem. *Cempre Review 2015*. 2015. Disponível em: <<http://cempre.org.br/artigo-publicacao/artigos>>. Acesso em: 26 mar. 2016.
- CES-PE – Conselho Estadual de Saúde de Pernambuco. Secretaria Estadual de Saúde. Secretaria Executiva de Coordenação Geral. Diretoria Geral de Planejamento. *Plano Estadual de Saúde 2012-2015*. 1. ed. Recife: Secretaria Estadual de Saúde, 2015. Disponível em: <<http://www.ces.saude.pe.gov.br/plano-estadual-de-saude-2012-2015/>>. Acesso em: 9 abr. 2016.
- CHASSOT, A. *A Ciência através dos tempos*. São Paulo: Moderna, 1994.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- CHURCHMAN, C. W. *Introdução à Teoria dos Sistemas*. 2. ed. Tradução de Francisco M. Guimarães. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça. *Conheça os diferentes tipos de estabelecimentos penais*. 20 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79914-conheca-os-diferentes-tipos-de-estabelecimentos-penais>>. Acesso em: 8 maio 2016.
- Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente. *Resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012*. Brasília: MMA, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/LivroConama.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2016.

- COSTA, M.A.F.; COSTA, M.F.B. *Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.
- COSTA, R.H. *Curso de Direito Tributário*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. *Descrição das Unidades de Conservação*. 2015. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/Unidades_de_Conservacao/descricao_das_unidades/41788%3B48981%3B5001%3B0%3B0.asp>. Acesso em: 2 mar. 2016.
- _____. *Plano de Resíduos Sólidos: Pernambuco*. Recife: CPRH, 2012. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/PlanoResiduoSolido_FINAL_002.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- DIGIÁCOMO, M.J.; DIGIÁCOMO, I.A. *Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado*. 6. ed. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná; Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013.
- DIMITRI, D. *Manual de introdução ao estudo do direito*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- FARIAS, J.L. A dimensão econômica do meio ambiente: a riqueza dos recursos naturais como direito do homem presente e futuro. *Revista da Informação Legislativa*. Brasília, v. 45, n. 180. out./dez. 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176566/000860611.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 19 dez. 2015.
- FARIAS, T.; COUTINHO, F.S.N.; MELO, G.K.R.M.M. *Direito Ambiental*. 3. ed. Bahia: JusPodivm, 2015.
- FERNANDES, A.C.A. *Avaliação do ICMS Socioambiental com um instrumento de Política Pública de desenvolvimento sustentável no Estado de Pernambuco*. 225 p. Dissertação de mestrado em Gestão e Políticas Ambientais. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/6580/arquivo8198_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- FERNANDES, B.Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. Salvador: Jus Podivm, 2015.

- FIELD, B.C.; FIELD, M.K. *Introdução à economia do meio ambiente*. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- FIGUEIREDO, L.V. *Lições de Direito Econômico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- FINKELSTEIN, C.; NEGRINI FILHO, J.; CAMPELLO, L.G.; OLIVEIRA, V.H. *Direito ambiental no século XXI: efetividade e desafios*. Rio de Janeiro: Clássica, 2012.
- FIORILLO, C.A.P. *Curso de direito Ambiental brasileiro*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FIORILLO, C.A.P.; FERREIRA, R.M. *Direito Tributário Ambiental*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- FUNASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo. *Estatística socioeducativa*. Síntese das Unidades. 2015. Disponível em: <http://www.funase.pe.gov.br/estatistica/2015/OUTUBRO_2015/SINTESE_DAS_UNIDADES_OUTUBRO_2015.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.
- GIL, A.C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIOVANNI, R.; ANTISERI, D. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média*. v. 1. São Paulo: Paulus, 1991.
- GUIMARÃES, P.C.V.; DEMAJOROVIC, J.; OLIVEIRA, R.G. Instrumentos empresariais e instrumentos econômicos de gestão ambiental. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 5, p. 72-82, set./out. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n5/a09v35n5.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2016.
- HARADA, K. *Direito Financeiro e Tributário*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- HARADA, K.; HARADA, M.K. *Código Tributário nacional comentado*. São Paulo: Rideel, 2012.
- ICMS ECOLÓGICO. *Histórico no Brasil*. Disponível em: <http://www.icmsecológico.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=82>. Acesso em: 4 nov. 2015.

- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar 2015*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 22 abr. 2016.
- _____. *Nota Técnica Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb*. 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em: 21 maio 2016.
- ISHIDA, V.K. *Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- JATOBÁ, J. A coordenação entre políticas fiscal e ambiental no Brasil: a perspectiva dos governos atuais. *Proyecto Promoción del desarrollo económico em America Latina y el Caribe mediante la integración de políticas ambientales y sociales*, GER/02/70. Santiago, Chile, jan. 2005. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5625/S0410821_pt.pdf;jsessionid=95B9D21DA-84A40E190D1BF7BDBC186D9?sequence=1>. Acesso em: 25 maio 2016.
- JORNAL DO COMÉRCIO. *Pernambuco reduz taxa de mortalidade infantil e ganha aval da ONU*. 29 jan. 2015. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/01/29/pernambuco-reduz-taxa-de-mortalidade-infantil-e-ganha-aval-da-onu--165942.php>>. Acesso em: 9 abr. 2016.
- JURAS, I.A.G.M. *Legislação sobre a reciclagem de lixo*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/>>. Acesso em: 24 mar. 2016.
- _____. *Uso de instrumentos econômicos para a Gestão Ambiental: países da OCDE e América Latina*. Câmara dos Deputados. maio 2009. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/est-nottec/areas-da-conle/tema14/2009_4264.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- KOBIYAMA, M.; MOTA, A.A.; CORSEUIL, C.W. *Recursos hídricos e saneamento*. Curitiba: Organic Trading, 2008. Disponível em: <<http://logatti.edu.br/images/recursoshidricoseseaneamento.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- LEITE, H. *Manual de Direito Financeiro*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.
- LOPES, M.L.C. *Direito Tributário*. 4. ed. Niterói: Impetus, 2013.

- LOUREIRO, W. *Contribuição do ICMS Ecológico à conservação da biodiversidade no Estado do Paraná*. 2002. 206 p. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Engenharia Florestal. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002. Disponível em: <http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/seminarios/wilson/contribuicao_do_icms.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- LUHMANN, N. *Introdução à teoria dos sistemas*. 3. ed. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- MACHADO, P.A.L. *Direito Ambiental Brasileiro*. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
- MANKIW, N.G. *Introdução à Economia*. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- MARCÃO, R. *Curso de Execução Penal*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MARGULIS, S. A regulamentação ambiental: instrumentos e implementação. *Texto para Discussão nº 437*. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0437.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2016.
- MARTINS, F. *Títulos de Crédito*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- MAY, P.H.; AMARAL, C.; MILLIKAN, B.; ASCHER, P. *Instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir894/SeminAMA_InstrumEconom.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.
- MAY, P.H.; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- MAZZA, A. *Manual de Direito Tributário*. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MELLO, C.A.B. *Curso de Direito Administrativo*. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
- MENDES, G.F.; BRANCO, G.G. *Curso de Direito Constitucional*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MILARÉ, E. *Direito do Ambiente*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

- MILLER JR., G.T. *Ciência Ambiental*. 11. ed. Tradução: All Tasks. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- MODÉ, F.M. *Tributação ambiental: a função do tributo na proteção do meio ambiente*. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2013.
- MORAES, O.J. *Economia ambiental: instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Centauro, 2009.
- MOURA, M.; ANDRADE, E. *Macroeconomia*. São Paulo: Publifolha, 2003. p. 15.
- NADER, P. *Curso de Direito Civil*. Direito das Coisas. v. 4. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- _____. *Introdução ao estudo do direito*. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- NADIR JR., A.M. *ICMS Ecológico: princípios e estratégias necessárias para uma implementação na coprodução do bem público*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). 2006. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1054>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- NARDIM, M.; PROCHNIK, M.; CARVALHO, M.E. Usinas de reciclagem de lixo: aspectos sociais e viabilidade econômica. *Caderno Finsocial n. 4 – Lixo Urbano: Três Estudos sobre Coleta e Tratamento*, 1987. Disponível em: <<http://limpezapublica.com.br/textos/livro-10.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016.
- NIEVES, F. *Tributação ambiental: a proteção do meio ambiente natural*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- NOBRE, P.A.M.; RAMOS, E.M.B. A cidade e o capital: um breve histórico da situação de classe operária. *Anais do I Circuito de debates acadêmicos*. São Paulo: Ipea/Code, 2011.
- NUCCI, G.S. *Código Penal comentado*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- NUNES, A. *Da Execução Penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- NUSDEO, A.M.O. O uso de instrumentos econômicos nas normas de proteção ambiental. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 101. jan./dez. 2006, p. 357-378.

OLIVEIRA, J.J.M. *Curso de Direito Tributário Brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*. 1972. Disponível em: <<http://www.unep.org/documents.multilingual/default.asp?documentid=97&articleid=1503>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. *O estado do crime e da Justiça Criminal no mundo*. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/crime2015/o-estado-do-crime/>>. Acesso em: 22 maio 2016.

ORIGIN DATA ANALYSIS. *OriginLab Corporation. Getting Started Manual*. Version 7.0. Northampton: OriginLab Corporation, 2000.

PAULSEN, L.; ÁVILA, R.B.; SLIWKA, I.S. *Direito Processual Tributário: processo administrativo fiscal e execução fiscal à luz da doutrina e da jurisprudência*. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

PAULSEN, L.: *Curso de direito tributário completo*. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

PEREIRA, P.F.; SCARDUA, F.P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. XI, n. 1, jan./jun. 2008, p. 81-97. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n1/06.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2016.

PERNAMBUCO (Estado). *Anuário Estatístico de Pernambuco – 2014*. Recife: Agência Condepe/Fidem/DSDI/Gest, 2014a. Disponível em: <<http://www.anuario.pe.gov.br/>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

_____. Decreto Estadual nº 23.473, de 10 de agosto de 2001. Regulamenta os critérios de distribuição da parcela do ICMS que cabe aos municípios, relativos aos aspectos socioambientais de que trata o inciso III do art. 2º da Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, com redação conferida pela Lei nº 11.899, de 21 de dezembro de 2000. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 11 ago. 2001. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO_200108&pasta=Dia%2011>. Acesso em: 20 dez. 2015.

- _____. Decreto Estadual nº 23.981, de 25 de janeiro de 2002. Introduz alterações no Decreto nº 23473, de 10 de agosto de 2001, que regulamenta os critérios de distribuição do ICMS que cabe aos municípios, relativos aos aspectos socioambientais. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 26 jan. 2002. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO_200201&pasta=Dia%2025>. Acesso em: 27 maio 2016
- _____. Decreto Estadual nº 26.030, de 15 de outubro de 2003. Introduz modificações no Decreto nº 23.473, de 10 de agosto de 2001, e alterações, que regulamenta os critérios de distribuição do ICMS que cabe aos municípios, relativos aos aspectos socioambientais. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 16 out. 2003a. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO_200310&pasta=Dia%2016>. Acesso em: 28 dez. 2015.
- _____. Decreto Estadual nº 33.797, de 20 de agosto de 2009. Regulamenta a Lei nº 13.368, de 14 de dezembro de 1990, e alterações, e dispõe sobre os critérios socioambientais de distribuição do ICMS entre os municípios do Estado de Pernambuco. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 20 ago. 2009. Disponível em: <<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=2009&pasta=Agosto\Dia%2020>>. Acesso em: 21 dez. 2015.
- _____. *Governo de Pernambuco cria a maior Unidade de Conservação estadual do Nordeste*. 14 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.pe.gov.br/blog/2015/03/14/governo-de-pernambuco-cria-a-maior-unidade-de-conservacao-estadual-do-nordeste/>>. Acesso em: 22 maio 2016.
- _____. Secretaria da Criança e da Juventude. Secretária Executiva dos Sistemas Protetivo e Socioeducativo. Fundação de Atendimento Socioeducativo. *Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco*. 2014b. Disponível em: <<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2015/09/plano-estadual-versc3a3o-preliminar-pernambuco.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2016.
- _____. Secretaria da Fazenda. *Informações*. 2016a. Disponível em: <<https://www.sefaz.pe.gov.br/Transparencia/Financas/Municipios/Paginas/Informacoes.aspx>>. Acesso em: 21 maio 2016.
- _____. Secretaria da Fazenda. Portaria nº 122, de 19 de julho de 2010. Divulga os Indicadores Socioambientais a serem utilizados no cálculo do Índice de

Participação dos Municípios na receita do ICMS, relativamente ao exercício 2011. *Diário Oficial do Estado*. Recife: 20 jul. 2010. Disponível em: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Portarias/2010/Port122_2010.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Secretaria da Fazenda. Portaria nº 165, de 7 de agosto de 2013. Divulga os Indicadores Socioambientais a serem utilizados no cálculo do Índice de Participação dos Municípios na receita do ICMS, relativamente ao exercício 2014. *Diário Oficial do Estado*. Recife: 8 ago. 2013a. Disponível em: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Portarias/2013/Port165_2013.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Secretaria da Fazenda. Portaria nº 169, de 14 de outubro de 2014. Divulga os Indicadores Socioambientais a serem utilizados no cálculo do Índice de Participação dos Municípios na receita do ICMS, relativamente ao exercício 2015. *Diário Oficial do Estado*. Recife: 15 out. 2014c. Disponível em: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Portarias/2014/Port169_2014.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Secretaria da Fazenda. Portaria nº 209, de 1 de dezembro de 2015. Divulga os Indicadores Socioambientais a serem utilizados no cálculo do Índice de Participação dos Municípios na receita do ICMS, relativamente ao exercício 2016. *Diário Oficial do Estado*. Recife: 2 dez. 2015a. Disponível em: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Portarias/2015/Port209_2015.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Secretaria da Fazenda. Portaria nº 234, de 18 de dezembro de 2012. Divulga os Indicadores Socioambientais a serem utilizados no cálculo do Índice de Participação dos Municípios na receita do ICMS, relativamente ao exercício 2013. *Diário Oficial do Estado*. Recife: 19 dez. 2013b. Disponível em: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Portarias/2012/Port234_2012.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. Secretaria da Fazenda. Portaria nº 99, de 29 de junho de 2011. Divulga os Indicadores Socioambientais a serem utilizados no cálculo do Índice de Participação dos Municípios na receita do ICMS, relativamente ao exercício 2012. *Diário Oficial do Estado*. Recife: 30 jun. 2011. Disponível em: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Portarias/2011/Port099_2011.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

- _____. Secretaria da Fazenda. *Transferências Constitucionais ICMS e IPI*. 2016b. Disponível em: <<https://www.sefaz.pe.gov.br/Transparencia/Financas/Municipios/Paginas/Informacoes.aspx>>. Acesso em: 21 maio 2016.
- _____. Secretaria de Defesa Social. Secretaria de Planejamento e Gestão. *Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal em Pernambuco – 4º trimestre de 2015*. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Condepe/Fidem, 2015b. Disponível em: <http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=160261&folderId=7065265&name=DL-FE-49224.pdf>. Acesso em: 2 maio 2016.
- _____. Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde. Diretoria Geral de Informações e Ações em Vigilância Epidemiológica. *Nota Técnica DG-IAEVE nº 1/2012*. 2012. Disponível em: <http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/uploads/2012/04/nota_m.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2016.
- _____. Secretaria de Defesa Social. *Boletim Trimestral da Conjuntura Criminal de Pernambuco: 2º Trimestre de 2016*. Disponível em: <<http://www.sds.pe.gov.br/>>. Acesso em: 10 de nov. 2016.
- _____. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. *Repasse do ICMS Ecológico*. jan. 2015c. Disponível em: <<http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/repasse-do-icms-ecologico>>. Acesso em: 15 nov. 2015.
- _____. Decreto Estadual nº 25.574, de 25 de junho de 2003. Dispõe sobre a participação das unidades de conservação previstas no art. 2º da Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, com redação da Lei nº 12.206, de 20 de maio de 2002, na distribuição da parte do ICMS socioambiental que cabe aos municípios. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*. Recife, 26 jun. 2003b. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=-DO_200306&pasta=Dia%2025>. Acesso em: 21 dez. 2015.
- PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M.A.; BRUNA, G.C. *Curso de Gestão Ambiental*. Barueri: Manole, 2004.
- PINHO, D.B.; VASCONCELLOS, M.A.S. (Orgs.). *Manual de Economia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005
- PISCITELLI, T. *Direito Financeiro esquematizado*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *O que é o IDHM?* 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em: 22 abr. 2016.
- PRADO, L.R. *Apontamentos sobre o ambiente como bem jurídico-penal*. 2008. Disponível em <<http://www.professorregisprado.com/Artigos/Luiz%20Regis%20Prado/Apontamentos%20sobre%20o%20ambiente%20como%20bem%20jur%EDdico-penal.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2015.
- REALE, M. *Filosofia do Direito*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- RECIFE (município). *Plano de Gestão Social e Ambiental*. 2015. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/pgsa_versao_vf_ajustada_final.pdf>. Acesso em: 23 maio 2016.
- RECIFE (município); SMAS – Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade. *Lista das Unidades de Conservação do Recife*. 2012. Disponível em: <<https://meioambienterecife.files.wordpress.com/2012/03/lista-das-unidades-de-conservac3a7c3a3o-do-recife.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2016.
- REIS, M. *ICMS Ecológico como instrumento de proteção ambiental*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade de Marília. Marília, SP: 2011. 146 p. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/A095EBF94AC7513D8D34417014D1E1EE.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- ROCHA, J.M. *Direito tributário*. 9. ed. São Paulo: Método, 2013.
- ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100006>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- ROSA, C.A.P. *História da Ciência: da antiguidade ao renascimento científico*. 2. ed. Brasília: Funag, 2012.
- ROSSIGNOLI, S. *Direito Empresarial*. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.
- SABBAG, E. *Manual de Direito Tributário*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SALOMON, D.V. *Como fazer uma monografia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. *São Paulo – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Estadual de Acompanhamento*. 2012. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/odm/pdf/ODM_4.pdf>. Acesso em: 21 maio 2016.

SEROA DA MOTTA, R. *Economia ambiental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEROA DA MOTTA, R.; RUITENBEEK, J.; HUBER, R. Uso dos instrumentos econômicos na gestão ambiental da América Latina e Caribe: lições e recomendações. *Texto para Discussão n° 440*. Rio de Janeiro: Ipea, 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0440.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2016.

SETTE, M.T.D. *Manual de Direito Ambiental*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2013.

SILVA JR., L.H. O ICMS Socioambiental de Pernambuco: uma avaliação dos componentes socioeconômicos da política a partir do Processo de Markov. *Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP)*, n. 42, jan./jun. 2014, p. 189-217. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/291>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SILVA JR., L.H.; SOBRAL, E.F.M. O ICMS Socioambiental de Pernambuco: uma avaliação dos componentes socioeconômicos da política a partir do Processo de Markov. *VIII Encontro de Economia Baiana*, set. 2012. p. 257-278. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/291/321>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

SILVA JR., L.H.; PEDROSA, B.M.J.; SILVA, M.F. Avaliação dos impactos do ICMS Socioambiental na criação de Unidades de Conservação e Unidades de Tratamento de Resíduos Sólidos em Pernambuco: uma análise a partir do Método de Diferença sem-Diferenças. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 44, n. 2, p. 559-574, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.as_artigo>. Acesso em: 17 fev. 2016.

SILVA JR., L.H.; ROCHA, R.M.R.; PEDROSA, B.M.J.; SIQUEIRA, L.B.O.; SAMPAIO, Y. ICMS Socioambiental: uma avaliação da política no Estado de Pernambuco. *Revista Desenhavia*, n. 13, set. 2010, p. 7-32. Disponível

em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/2508201115130781_Artigo%201.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2015.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, R.F.T. *Manual de Direito Ambiental*. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

SOBRAL, L. Por que a economia brasileira decepcionou em 2012? *Revista Exame*. 4 dez. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/por-que-a-economia-brasileira-decepcionou-em-2012>>. Acesso em: 20 maio 2016.

SOUZA, J.H.O. *Tributação e meio ambiente*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

STJ – Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3540 MC/DF – Distrito Federal*. Medida Cautelar na ADI. Relator: Min. Celso de Mello. Julgamento: 01/09/2005. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Publicação: DJ 03-02-2006, p. 00014.

_____. *Habeas Corpus 85.585-8 TO*. Publicação: Brasília, 3 dez. 2008a. Tribunal Pleno. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=597891>>. Acesso em: 07 maio 2016.

_____. *Informativo nº 527*. Publicação: Brasília, 3-7 nov. 2008b. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo527.htm>>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. *Mandado de Segurança nº 22.164*. Relator: Min. Celso de Mello. Julgamento em 30101995, Plenário, DJ 17 nov. 1995. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=85691>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. *Súmula nº 108*. 2016a. Disponível em: <<http://www.legjur.com/sumula/busca?tri=stf&num=108>>. Acesso em: 14 maio 2016.

_____. *Súmula nº 160*. 2016b. Disponível em: <<http://www.legjur.com/sumula/busca?tri=stj&num=160>>. Acesso em: 17 maio 2016.

- _____. *Súmula nº 656*. 2016c. Disponível em: <<http://www.legjur.com/sumula/busca?tri=stf&num=656>>. Acesso em: 22 maio 2016.
- _____. *Súmula Vinculante nº 25*. 2016d. Disponível em: <<http://www.legjur.com/sumula/busca?tri=stf-svi&num=25?docTP=AC&docID=597891>>. Acesso em: 7 maio 2016.
- TAVARES, J.F. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- TCE-PE – Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. *Resíduos Sólidos e Unidades de Conservação*. 2014. Disponível em: <<http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/residuos-solidos>>. Acesso em: 14 nov. 2015.
- _____. *Tribunal de Contas divulga diagnóstico sobre destinação do lixo em Pernambuco*. 15 set. 2015. Disponível em: <<http://www2.tce.pe.gov.br/internet.old/index.php/noticias-2015/346-setembro/3825-tribunal-de-contas-divulga-relatorio-sobre-destinacao-do-lixo-em-pernambuco>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- TERRON, L.R. *Termodinâmica química aplicada*. Barueri: Manole, 2009.
- TUPIASSU, L.V.C. *Tributação ambiental: a utilização de instrumentos econômicos e fiscais na implementação do direito ao meio ambiente saudável*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- UNICEF – Fundos das Nações Unidas para a Infância; OMS – Organização Mundial de Saúde; BM – Banco Mundial. *Levels & trends in child mortality report 2015*. Disponível em: <http://www.childmortality.org/files_v20/download/IGME%20report%202015%20child%20mortality%20final.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2016.
- VICENTE, P.; ALEXANDRINO, M. *Direito Constitucional descomplicado*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- WELLS, R.; KRUGMAN, P. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

